

MÔNICA CASTAGNA MOLINA - ENTREVISTADA*
POR MARIA ANTÔNIA DE SOUZA

MA - Conquista da população do campo.

Você que esteve à frente do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera - e que agora acompanha as Licenciaturas em Educação do Campo. Dentre outras experiências da última década, poderia fazer uma pontuação das principais conquistas da população do campo quanto à Educação do Campo?

Se olharmos para a última década, sob o foco das lutas pela ampliação da Educação do Campo, há, sem dúvida, algumas conquistas que merecem ser pontuadas. Mas, considero necessário destacar, antes de enumerá-las, que, de uma maneira geral, enfrentamos problemas extremamente graves na perda dos direitos dos sujeitos do campo, em função do intenso avanço conquistado pelo agronegócio neste mesmo período. A partir da materialidade de origem da Educação do Campo não é possível analisar separadamente estes contextos: ou seja, o avanço na garantia do direito à educação deve se dar vinculado à garantia do direito à terra; ao trabalho; a justiça social. E, na última década, não houve avanços consideráveis nestes aspectos no campo.

Mas, considerando a dialética da história, podemos pensar quais movimentos da luta pela Educação do Campo contribuem com o avanço daquelas outras lutas. Para tanto, podemos pensar as conquistas nas diferentes dimensões que compõem a Educação do Campo, destacando-se aqui duas delas articuladamente: as que se referem à educação escolar; e, aos processos formativos mais amplos, que se dão em múltiplos tempos e espaços e que demandam também o suporte de políticas públicas, como é o caso do apoio aos processos produtivos relacionados à construção de novas matrizes tecnológicas no campo.

No tocante à educação escolar, penso que as principais conquistas relacionam-se aos avanços obtidos no espaço público, em relação à ampliação do acesso, à Educação do Campo como um direito, principalmente, no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos. Esta modalidade de ensino apresenta grande demanda no campo,

* Respostas fornecidas por de e-mail

em consequência da histórica ausência do Estado na garantia deste direito no território rural. No caso do Pronera, por exemplo, no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, ao longo desses 10 anos, cerca de 500 mil trabalhadores rurais passaram por processos de formação. Considero importante destacar duas conquistas: a ampliação da oferta dos diferentes níveis de escolarização e a expansão para várias áreas do conhecimento científico. O Programa começou com alfabetização e formação de educadores; depois, evoluiu para oferta dos anos finais do ensino fundamental e médio para os jovens e adultos que se alfabetizavam; na sequência, passou a incorporar parte das demandas da oferta de cursos técnicos profissionalizantes e superiores para os trabalhadores rurais, através da oferta em alternância.

Paralelamente a ampliação dos níveis de escolarização apoiados pelo Programa, foi se viabilizando, a partir das parcerias com as universidades públicas, a diversificação das áreas de conhecimento propostas por estes cursos, com o horizonte de contribuir com a promoção do desenvolvimento dos assentamentos e das famílias que aí vivem. Foram priorizados cursos relacionados ao apoio à produção, na perspectiva de contribuir com a mudança da matriz tecnológica das áreas reformadas, como por exemplo, os cursos técnicos no âmbito da agroecologia e da administração de cooperativas, e também os cursos de formação de educadores do campo, como os de Magistério e Pedagogia da Terra, objetivando criar condições de ampliação da oferta da Educação Básica no meio rural, com a formação de educadores destas próprias comunidades.

Além do Pronera, considero importante também destacar políticas mais recentes como o Programa Residência Agrária; o Saberes do Terra e a Licenciatura em Educação do Campo, todos resultados da demanda e pressão das organizações dos trabalhadores rurais. Há de se observar ainda uma significativa ampliação do espaço da Educação do Campo no âmbito das secretarias municipais e estaduais de educação. É óbvio que a inserção da temática na agenda destes órgãos públicos não é nenhuma garanti real de transformação das condições do acesso e da qualidade da Educação do Campo, mas, considero que são espaços importantes de disputa, de produção de contra-hegemonia, por dentro do próprio Estado. É possível perceber, através da ação destas secretarias, em alguns estados da federação, onde há uma forte articulação e presença dos

Entrevistas

movimentos sociais e sindicais do campo, o reconhecimento e a incorporação para dentro da rede pública, de estratégias de garantia do direito à educação baseadas na compreensão da Educação do Campo, como por exemplo, as Escolas Itinerantes ou ainda a formação continuada para educadores do campo.

2. Educação - Educação do Campo - Política Pública.

MA - A Educação do Campo é história presente. Revela conflitos que decorrem da característica excludente da sociedade pautada no modo de produção capitalista. Por sua vez, ao pensar a construção de políticas efetivamente públicas, a Educação do Campo necessita do Estado (cujo dever é garantir os direitos sociais, dentre eles a educação). Sendo assim, como você vê a Educação do Campo - uma proposta emancipadora (à luz do que escrevem Mészáros e Suchodolski) - na relação com o Estado e com as instâncias governamentais? O que as relações entre os movimentos sociais e os governos têm mostrado, do ponto de vista da história da educação brasileira?

Vejo que a Educação do Campo e os debates que ela provoca podem contribuir significativamente para a provocar, para desencadear mudanças na lógica da ação do Estado, ou seja, na elaboração e implementação de novas políticas públicas, que de fato, sejam capazes de garantir a igualdade de direitos. Neste caso, não há como escapar do debate sobre o caráter das políticas públicas que a Educação do Campo exige. Sabemos que as políticas públicas representam a materialidade da intervenção do Estado, o Estado em ação. Portanto, falar de políticas públicas significa termos presente as questões das estruturas de poder e dominação; dos conflitos; das disputas entre direitos; necessidades; carências e privilégios, para usarmos a clássica distinção proposta por Marilena Chauí.

Tanto no âmbito sociológico, quanto no jurídico, ou mesmo da Ciência Política, permanece um intenso debate sobre o caráter e pertinência das políticas focais. Parte da crítica a elas dirigidas origina-se de setores progressistas, no sentido de interpretá-las como ações do Estado que atuariam no sentido de reduzir a esfera dos direitos, ao invés de ampliá-los, já que tais políticas atuariam com uma perspectiva compensatória e não universalizante.

Porém, no caso específico da Educação do Campo, o debate que se intenciona desencadear é da necessidade da elaboração destas políticas exatamente no sentido contrário de tal interpretação: seriam elas a condição sine qua non para que as políticas universalizantes sejam de fato universais, ou seja, garantam direitos iguais todos. É exatamente a incapacidade da universalidade abstrata garantir o efetivo acesso aos direitos aos sujeitos do campo que deve nos fazer refletir sobre qual o caráter que devem ter as políticas públicas de Educação do Campo. Penso que a efetiva promoção da equidade educacional na garantia do acesso e permanência com sucesso e qualidade, em todos os níveis de ensino, para as populações do campo, requererá a adoção de políticas e programas que sejam capazes de traduzir, na prática da ação do Estado, os princípios da igualdade formal e igualdade material, determinados na Constituição Federal Brasileira, de 1988. São as graves desigualdades existentes no acesso e permanência com qualidade à educação pública no campo, que obrigam o Estado para o cumprimento de suas atribuições constitucionais, a conceber e implementar políticas que sejam capazes de minimizar os incontáveis prejuízos já sofridos pela população do campo em função de sua histórica privação do direito à educação escolar.

Mas, é óbvio que a luta por políticas públicas não é o horizonte maior da Educação do Campo. A promoção da emancipação, de fato, requererá mudanças estruturais profundas, tanto no âmbito do Estado, quanto da sociedade.

Entre os vários desafios que temos a enfrentar, considero relevante nos debruçarmos sobre como faremos para não perder este horizonte maior de transformação estrutural; de superação do modo de produção capitalista e das cruéis injustiças sociais que lhes são inerentes, sem nos deixarmos imobilizar no momento presente; no horizonte de ação necessária no momento atual. Este foi, aliás, um dos grandes debates do segundo Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, realizado em agosto de 2008, na mesa de balanço das políticas públicas de educação para o meio rural, nos últimos dez anos.

Está posta uma questão: lutar por políticas públicas é um reducionismo do horizonte. É sabido que em várias rodadas de negociação da OMC a educação foi colocada em questão como uma das esferas de prestação e venda de serviços entre as nações. Estaríamos aderindo a essa visão, ao lutarmos pela manutenção da

Educação do Campo no âmbito dos direitos e do espaço público? Penso que não é esta a proposta que o movimento da Educação do Campo advoga. Neste momento histórico, lutar por políticas públicas significa lutar pela não diminuição do espaço público; pelo acesso aos direitos; pela própria compreensão da Educação do Campo como um direito, e, portanto, pela obrigação do Estado em garanti-lo. Embora lutemos pelas transformações estruturais, pela superação do modo capitalista de produção, não me parece sábio abandonar a luta e a disputa pelos espaços do Estado, ainda que saibamos bem ser um Estado hegemonicamente dominado pelos interesses do capital. Se quisermos disputar frações do Estado, ainda que no regime capitalista, a serviço da classe trabalhadora é preciso avançar na compreensão do papel que a luta por políticas públicas específicas pode significar em termos de perspectiva do avanço do direito à educação.

E, conforme já vimos discutindo nos Cadernos da Educação do Campo, lutar por políticas públicas, significa lutar pelo alargamento da esfera pública. Lutar por políticas públicas para Educação do Campo significa lutar para ampliar a esfera o Estado, para não colocar a educação na esfera do mercado. Porque só se instituem políticas quando elas estiverem muito presentes no conjunto do imaginário da sociedade. E é este ponto que considero uma das principais forças que a Educação do Campo acumulou nos últimos dez anos. A luta dos movimentos sociais e sindicais do campo para conquistar estas políticas fez também avançar o imaginário social dos trabalhadores rurais sobre a importância do acesso ao conhecimento, e principalmente, contribuiu para que eles próprios se conscientizassem de que são titulares do direito à educação.

Porém, além do alargamento da consciência dos próprios trabalhadores rurais, considero importante a contribuição destas políticas para fazer avançar o imaginário da sociedade como um todo: durante estes dez anos da Educação do Campo, o conjunto de suas ações, a execução dos cursos em um amplo leque de áreas de conhecimento, com a oferta de diferentes níveis de escolarização, da alfabetização à pós-graduação, tem produzido mudanças na representação social sobre a percepção dos trabalhadores rurais como sujeitos de direitos.

Este talvez seja um importante resultado das políticas públicas de Educação do Campo: o conjunto de sua ações amplia a esfera

pública, impõe mudanças no padrão de relação da sociedade e movimentos sociais. Dessa forma, acumula forças no sentido da democratização do Estado e da sociedade brasileira, entendendo esfera pública exatamente como o espaço no qual as decisões políticas são tomadas através do debate crítico entre dos cidadãos, que neste espaço, exercem, a partir da pluralidade de suas identidades, a condição de igualdade formal assegurada pelo princípios democráticos.

3. Sobre a universidade

MA - De acordo com a sua experiência no PRONERA e agora na Universidade com a Licenciatura em Educação do Campo, você considera possível afirmar que a universidade vem sofrendo modificações? Vem se abrindo para a Educação do Campo? Ou, ainda são experiências "personificadas", que dependem da disposição de pesquisadores e de militantes dos movimentos sociais? Comente.

Considero que para esta questão também existem diferentes aspectos a serem considerados, o que não permite uma resposta unívoca. Penso que poderíamos responder sim e não ao mesmo tempo. Há algumas mudanças importantes ocorrendo, em algumas universidades que foram tomadas pela Educação do Campo. Em outras, embora haja presença de cursos e ações da Educação do Campo, não se podem perceber mudanças de maior envergadura, nem mesmo mudanças duradouras, que se estendam para além dos cursos em execução no momento presente.

É sabido que algumas características da Educação do Campo, impacta as universidades em função das intrínsecas diferenças que comporta no modo lidar com o conhecimento, como, por exemplo, a presença dos movimentos sociais e sua inserção na academia como sujeitos coletivos, com visões de mundo e inteligibilidades diferentes das hegemônicas no âmbito científico; a alternância, como práxis que traz a dimensão da realidade como matéria prima fundamental para os processos de ensino-aprendizagem. Porém, ao término dos cursos especiais, com estas características, o que permanece?

Se consideramos o II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, podemos constatar que em diversas universidades, além daqueles projetos de ensino e extensão, instituíram-se linhas

Entrevistas

de pesquisa nos programas de Mestrado e Doutorado em Educação do Campo.

Destacaria como exemplo de mudança para além de experiências personificadas, o fato dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo terem se tornado permanentes, com ingresso anual, incorporados nas IES na matriz Andifes, e com concursos públicos para seleção de docentes do quadro fixo destas instituições para estas graduações, como por exemplo, na UnB; na UFMG e na UFSC. É também muito relevante o reconhecimento acadêmico da Alternância, para a oferta destes cursos superiores nestas instituições. Mas, além destas mudanças, penso que uma das maiores conquistas, e simultaneamente, um dos maiores desafios das Licenciaturas em Educação do Campo é proposta de formação de educadores por área de conhecimento, principal diferencial do projeto político pedagógico destas novas graduações. O crescimento e o enraizamento da ruptura epistemológica que esta estratégia formativa exige, tem forte potencial para desencadear mudanças de diferentes ordens nas universidades que as ofertam.